

# GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Nome do candidato:

Número do documento de identidade:

Número de inscrição:

Sala:

Sequencial:

## Concurso Público

# Cargo 1:

## Delegado de Polícia Substituto

### MANHÃ



Aplicação: 19/3/2006

### LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira inicialmente os seus dados pessoais transcritos acima. Em seguida, verifique se ele contém cento e vinte itens, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenados de 1 a 120, seguidos da prova de redação.
- 2 Caso os dados pessoais constantes neste caderno não correspondam aos seus, ou, ainda, caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 O espaço para rascunho da prova de redação é de uso opcional; não contará, portanto, para efeito de avaliação.
- 4 Nos itens das provas objetivas, recomenda-se não marcar ao acaso: em cada item, se a resposta divergir do gabarito oficial definitivo, o candidato receberá pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 5 Não utilize lápis, lapiseira, borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 6 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.
- 7 Durante as provas, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 8 A duração das provas é de **quatro horas**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto definitivo para a respectiva folha.
- 9 Na prova de redação, não será avaliado texto escrito a lápis, texto escrito em local indevido ou texto que tenha identificação fora do local apropriado.
- 10 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e a folha de texto definitivo da prova de redação e deixe o local de provas.
- 11 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de rascunho, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo da prova de redação poderá implicar a anulação das suas provas.

#### AGENDA

- I 21/3/2006, após as 19 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — [www.cespe.unb.br/concursos/pces2006](http://www.cespe.unb.br/concursos/pces2006).
- II 22 e 23/3/2006 – Recursos (provas objetivas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet — [www.cespe.unb.br/concursos/pces2006](http://www.cespe.unb.br/concursos/pces2006), mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse endereço.
- III 27/4/2006 – Resultado final das provas objetivas e resultado provisório da prova de redação: Diário Oficial do Estado do Espírito Santo e Internet — [www.cespe.unb.br/concursos/pces2006](http://www.cespe.unb.br/concursos/pces2006).
- IV 28 e 29/4/2006 – Recursos (prova de redação): em locais e horários que serão informados na divulgação do resultado provisório.
- V 19/5/2006 – Resultado final da prova de redação e convocação para a prova de aptidão física: locais mencionados no item III.

#### OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 17 do Edital n.º 1/2005 – PCES, de 19/12/2005.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet — [www.cespe.unb.br](http://www.cespe.unb.br).
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

• De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 120 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.

• Nos itens que avaliam **Noções de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destros e que expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios e equipamentos mencionados.

## CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 O ser humano é a medida de todas as coisas. Pelo  
tamanho do ser humano se mede a vastidão do universo,  
assim como pelo palmo e pela braça se começou a medir a  
4 Terra. Todo o conhecimento do mundo se faz de uma  
perspectiva humana, todo o julgamento das coisas do mundo  
se faz por um parâmetro humano. Assim, enaltecer o senso  
7 moral do ser humano não é um floreio de linguagem que a  
única espécie que fala faz, é valorizar este frágil instrumento  
de medição pelo qual a vida revela seu sentido. O ser humano  
10 ou é moral, e julga tudo por um prisma moral, ou é apenas um  
mecanismo inútil.

O liberalismo pensa estar defendendo o indivíduo  
13 quando nega a primazia do social ou quando diz que uma  
sociedade é apenas um conjunto de ambições autônomas.  
O culto ao individualismo seria um culto à liberdade se não  
16 elege-se como seu paradigma supremo a liberdade de lucrar,  
e como referência moral a moral do mercado. Se não fosse  
apenas a última das muitas tentativas de substituir o ser  
19 humano como a medida de tudo, e seu direito à vida e à  
dignidade como o único direito a ser cultuado. Já tentaram  
rebaixar o homem a mero servo de uma ordem divina, a  
22 autômato descartável de engrenagens industriais, a estatística  
sem identidade de regimes totalitários, e agora a uma  
comodidade entre outras comodidades, com nenhuma  
25 liberdade para escolher seu destino individual e o mundo em  
que quer viver. Mas o indivíduo só é realmente um indivíduo  
em uma sociedade igualitária, como só existirá liberdade real  
28 onde os valores neoliberais não prevalecerem.

Luis Fernando Verissimo. Internet:  
<<http://www.dhnet.org.br>>. Acesso em fev./2006.

Em relação ao texto, julgue os itens a seguir.

- 1 As ocorrências de “a”, às linhas 21, 22 e 23, são todas de artigos definidos empregados no singular feminino.
- 2 A substituição de “se mede” (ℓ.2) por **é medida** mantém a correção gramatical e as informações originais do período.
- 3 Antes da expressão “é valorizar” (ℓ.8), subentende-se a idéia anterior “enaltecer o senso moral do ser humano” (ℓ.6-7).
- 4 O emprego da estrutura **ao negar a primazia do social ou ao dizer que**, em substituição a “quando nega a primazia do social ou quando diz que” (ℓ.13), prejudica a correção gramatical do período e altera as informações originais do texto.
- 5 Os vocábulos “se” (ℓ.15) e “Se” (ℓ.17) têm a mesma função condicional.

1 Na Antiguidade não se conhecia o fenômeno da  
limitação do poder do Estado. As leis que organizavam os  
Estados não atribuíam ao indivíduo direitos frente ao poder  
4 estatal. Quando Aristóteles definiu “Constituição”, tinha  
diante de si esse tipo de legislação. Não obstante tenha sido  
Atenas o berço de relevante pensamento político, não se  
7 imaginava então a possibilidade de um estatuto de direitos  
oponíveis ao próprio Estado. A formação da pólis foi  
precedida da formação de um território cultural. Este balizou  
10 os limites da cidade grega. Sem garantia legal, os “direitos  
humanos” padeciam de certa precariedade na estrutura  
política. O respeito a eles ficava na dependência da virtude e  
13 da sabedoria dos governantes. Esta circunstância, porém, não  
exclui a importante contribuição de culturas antigas na  
criação da idéia de direitos humanos. Alguns autores  
16 pretendem afirmar que a história dos direitos humanos  
começou com o balizamento do poder do Estado pela lei.  
Essa visão é errônea. Obscurece o legado de povos que não  
19 conheceram a técnica de limitação do poder, mas  
privilegiaram enormemente a pessoa humana nos seus  
costumes e instituições sociais.

João Baptista Herkenhoff. Internet: <<http://www.dhnet.org.br>>. Acesso em fev./2006.

Acerca do texto, julgue os itens subsequentes.

- 6 A relação sintática entre o período iniciado por “Obscurece” (ℓ.18) e o período anterior pode ser explicitada pela conjunção **Contudo**.
- 7 A expressão “esse tipo de legislação” (ℓ.5) refere-se à legislação que não limitava o poder do Estado e não atribuía ao indivíduo direitos diante do Estado.
- 8 Pelos sentidos do texto, a relação sintática entre o período iniciado por “O respeito” (ℓ.12) e o período anterior pode ser explicitada por meio da expressão **Apesar de o respeito**.
- 9 Infere-se das informações do texto que somente os povos que não limitavam o poder apresentaram uma herança de respeito aos direitos da pessoa humana.

O trecho a seguir foi retirado de uma proposta de memorando a ser encaminhado pelo chefe aos funcionários de determinado setor da empresa X.

Tendo em vista a proximidade das esperadas festas de final de ano, tenho a satisfação de informar, que este setor estará de portas fechadas, na sexta-feira, para limpeza e ornamentação de nosso local de trabalho.

10 A linguagem utilizada nessa proposta de memorando não é adequada para esse tipo de correspondência, em virtude de falta de clareza, objetividade e correção gramatical.

1 Em alguns países do primeiro mundo, há uma idéia de direitos humanos apenas para consumo interno. Observa-se nesses casos uma contradição inexplicável: no âmbito  
4 interno, vigoram os direitos humanos, nas relações com os países dependentes, vigoram os interesses econômicos e militares. Esses interesses justificam a tolerância com as  
7 violações dos direitos, no campo diplomático, ou o próprio patrocínio das violações. Os mesmos interesses econômicos e militares justificam também o patrocínio da guerra, sob a  
10 bandeira de paz. Para que tais desvios não continuem a acontecer, alguns juristas italianos (Salvatore Senese, Antonio Papisca, Marco Mascia, Luigi Ferrajoli e outros) têm  
13 defendido que uma nova ordem mundial se constitua, não sob o império dos interesses dominantes, mas tendo, ao contrário, como sujeito da História a família humana presente e futura.  
16 Outra contradição é, às vezes, observada no interior de certas nações poderosas: a plena vigência dos direitos humanos, quando se trata de nacionais “puros” e o desrespeito aos  
19 direitos humanos, quando as pessoas envolvidas são imigrantes ou clandestinos, minorias raciais e minorias nacionais.

*Idem, ibidem* (com adaptações).

A respeito do texto, julgue os itens que se seguem.

- 11 Às linhas 6 e 7, a expressão **tolerância às violações** em lugar de “tolerância com as violações” mantém a correção gramatical e as informações originais do período.
- 12 Conforme o texto, alguns países de primeiro mundo apresentam uma idéia de direitos humanos que desconsidera os países dependentes e os imigrantes ou clandestinos, as minorias raciais e outras minorias.
- 13 De acordo com o texto, alguns juristas italianos têm defendido uma nova ordem social em que os interesses econômicos e militares prevaleçam sobre todos os outros direitos.
- 14 A inserção de uma vírgula após “Observa-se” (ℓ.2) e outra após “casos” (ℓ.3) prejudicaria a correção gramatical do período.
- 15 A inserção de **entretanto**, seguido de vírgula, antes de “nas relações” (ℓ.4) explicita as relações semântico-sintáticas entre os dois períodos e mantém a correção gramatical do texto.

1 O Estado moderno, não obstante apresentar-se como um Estado minimalista, é potencialmente um Estado maximalista, pois a sociedade civil, enquanto o outro do  
4 Estado, auto-reproduz-se por meio de leis e regulações que dimanam do Estado e para as quais não parecem existir limites, desde que as regras democráticas da produção de leis  
7 sejam respeitadas. Os direitos humanos estão no cerne desta tensão: enquanto a primeira geração de direitos humanos (os direitos cívicos e políticos) foi concebida como uma luta da  
10 sociedade civil contra o Estado, considerado como o principal violador potencial dos direitos humanos, a segunda e terceira gerações (direitos econômicos e sociais e direitos  
13 culturais, da qualidade de vida etc.) pressupõem que o Estado é o principal garantidor dos direitos humanos.

Boaventura de Sousa Santos. Internet: <<http://www.dhnet.org.br>>. Acesso em fev./2006 (com adaptações).

Quanto ao texto, julgue os itens seguintes.

- 16 A substituição dos parênteses empregados nas linhas 8, 9, 12 e 13 por travessões prejudica gramaticalmente o texto.
- 17 O segmento “não obstante apresentar-se” (ℓ.1) pode, sem prejuízo para a correção gramatical do período, ser substituído por qualquer uma das seguintes estruturas: **apesar de apresentar-se, embora se apresente, conquanto se apresente, ainda que se apresente.**
- 18 A expressão “dیمانam” (ℓ.5) está sendo empregada com o sentido de **diferem, se opõem.**
- 19 A palavra “cerne” (ℓ.7) está sendo empregada em sentido figurado, com o significado de **a parte essencial, o âmago.**
- 20 As vírgulas após “Estado” (ℓ.10) e após “humanos” (ℓ.11) são usadas para isolar oração adjetiva restritiva.

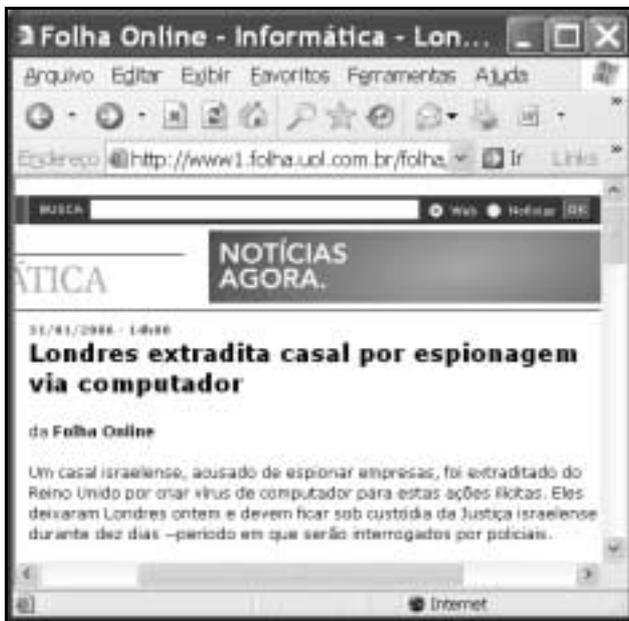


Figura I



Figura II

Considerando-se as figuras I e II acima, que ilustram duas janelas do Internet Explorer 6 (IE6) em execução em um computador PC, e o conteúdo das áreas de páginas dessas janelas, julgue os próximos itens.

21 Sabendo-se que a situação de espionagem relatada na área de páginas da janela do IE6 da figura I consistia no uso de cavalos de tróia, é correto concluir que esse tipo de espionagem é muito raro no Brasil graças ao uso obrigatório de certificados digitais em quaisquer transações de Internet, que identificam os usuários da rede em trocas de informações, desmascarando tais operações ilícitas.

22 Em transações pela Internet por meio do IE6, para se ter “certeza da veracidade e procedência dos *links*”, sugestão presente na área de páginas da janela do IE6 da figura II, é suficiente verificar a existência, na barra inferior do IE6, de um pequeno cadeado, que indica que se está acessando um sítio seguro, que apresenta certificado assinado por autoridade certificadora — que garante a legitimidade do sítio —, e, ainda, que os dados trocados nas referidas transações são criptografados.

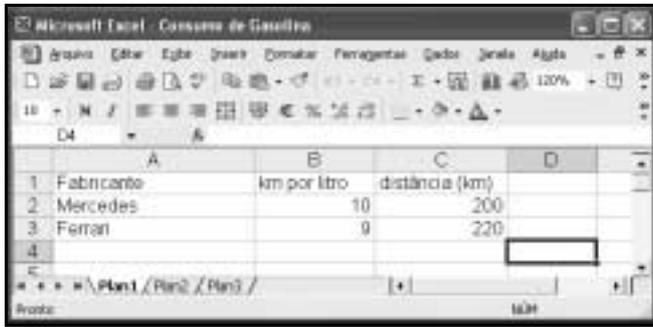
23 Para se converter o conteúdo da área de páginas da janela do IE6 da figura I para o formato de um documento Word, abrindo-se automaticamente esse documento em uma janela do Word, é suficiente, na referida janela, clicar o botão . Esse procedimento, porém, converte apenas o conteúdo textual da página visitada.

24 Caso a situação de espionagem mencionada na área de páginas da janela do IE6 ilustrada na figura I utilizasse recursos de *keylogger* e armazenasse informações processadas no computador, o uso de sistema *firewall* seria indicado para impedir que essas informações fossem enviadas a uma máquina de um possível espião na Internet.

25 Caso se deseje configurar a página *web* ilustrada na janela do IE6 da figura I ou da figura II como favorita do IE6, é suficiente realizar a seguinte seqüência de ações: pressionar e manter pressionada a tecla ; teclar ; liberar a tecla .

26 A seguinte janela, que permite definir, dos botões disponíveis, aqueles que devem ser visualizados na barra de ferramentas do IE6, pode ser executada a partir de opção disponibilizada no *menu* **Exibir**.





A figura acima mostra uma janela do Excel 2002, com uma planilha, em processo de elaboração, contendo o consumo de dois carros de dois fabricantes diferentes, em quilômetros por litro, e a distância percorrida por eles em dois percursos diferentes. Com relação a essa situação hipotética e ao Excel 2002, julgue os itens seguintes.

- 27 Considerando-se que nenhuma célula da planilha mostrada esteja formatada em negrito, ao final da seguinte seqüência de ações os conteúdos das células A1 e C1 estarão formatados em negrito: clicar a célula A1; clicar ; clicar e, em seguida, clicar a célula C1.
- 28 Para calcular o número total de litros consumidos no percurso realizado pelo carro do fabricante Mercedes, pondo o resultado na célula D2, é suficiente clicar a célula D2, clicar e, em seguida, teclar .

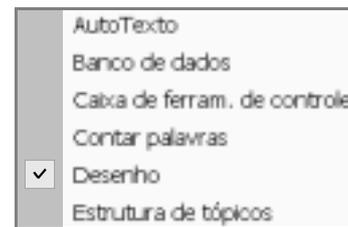
Considere o contexto de um usuário de um órgão público que trabalha diariamente com um computador pessoal do tipo *desktop* que tem como sistema operacional o Windows XP. Em cada um dos itens seguintes é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma ação relativa a essa situação, no referido contexto. Julgue os itens a seguir quanto à adequação da ação proposta para a situação.

- 29 O usuário necessita copiar um arquivo de uma pasta contida na pasta Meus documentos para outra também contida na pasta Meus documentos. Nessa situação, ele poderá realizar essa operação com sucesso por meio da seguinte seqüência de ações: abrir a pasta Meus documentos; aplicar um clique simples na pasta onde está contido o documento que se deseja copiar; clicar o ícone correspondente a esse documento; pressionar, simultaneamente, as teclas e ; clicar duas vezes o botão na janela Meus documentos; clicar a pasta onde se quer pôr o arquivo; pressionar, simultaneamente, as teclas e .
- 30 O usuário necessita freqüentemente fazer o *backup* de arquivos que ocupam grande quantidade de memória. Nesse caso, o uso do programa WinZip permite a compactação desses arquivos, de forma que estes ocupem menor quantidade de memória para serem armazenados em dispositivos adequados.



A figura acima ilustra parte de uma janela do Word 2002, que está sendo usado para a elaboração de um documento. Considerando essa figura, julgue os itens a seguir.

- 31 A lista de opções mostrada a seguir é encontrada no submenu Barras de ferramentas. Nessa lista, como a opção AutoTexto não está marcada, é correto concluir que a ferramenta de verificação automática de ortografia não está ativada.



- 32 A opção tem a mesma funcionalidade da ferramenta , pois ambas permitem alterar o tamanho da fonte de texto selecionado.
- 33 Caso se deseje formatar o número de página a ser mostrado no documento em edição, é possível fazê-lo por meio de funcionalidades encontradas na opção .
- 34 Ao se clicar a opção , o documento será transferido para o navegador de Web padrão instalado no computador, onde poderá ser editado no formato html.
- 35 Na situação da janela mostrada na figura acima, é correto afirmar que o documento não possui notas de rodapé. Caso se deseje incluir esse tipo de informação, é possível fazê-lo por meio de opção encontrada no menu .

Os Estados Unidos da América (EUA) tentam alçar o confronto armado à condição de fator supremo no equilíbrio de poder global e de estratégia principal na administração de conflitos. Esta é uma estratégia perigosa para o destino do planeta, já que é ineficaz e está condenada ao fracasso. A Europa, por sua vez, aprendeu e ainda está aprendendo (da maneira mais dura, com certeza) a arte mais difícil e necessária em nosso mundo cada vez mais policêntrico e polifônico: a arte do diálogo e do entendimento, de deixar para trás as inimizades, por mais longas e sangrentas que tenham sido e por mais irreparáveis que pudessem ter parecido.

Antes de enviar soldados ao Iraque, Donald Rumsfeld declarou que “a guerra será vencida quando os americanos se sentirem novamente seguros”. Mas o envio de tropas ao Iraque elevou a novas alturas o clima de insegurança nos EUA e alhures. Longe de diminuir, os espaços de ilegalidade e os terrenos de treinamento do terrorismo global se estenderam para dimensões impensadas. Quatro anos se passaram desde a decisão de Rumsfeld, e o terrorismo vem reunindo forças — extensiva e intensivamente — ano após ano.

Zymunt Bauman. Entrevista concedida a **O Estado de S. Paulo**, Caderno 2 (Cultura), 12/2/2006. (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando aspectos marcantes do mundo contemporâneo, julgue os itens subsequentes.

- 36** Ao mencionar a capacidade demonstrada pela Europa de passar por cima de antigas e profundas rivalidades, o texto permite que se pense no clássico caso de França e Alemanha, que, apesar de históricos rivais, venceram a desconfiança recíproca para tornar possível a existência da União Européia.
- 37** Infere-se do texto que é perfeita a simetria entre as políticas externas atualmente implementadas pelos EUA e pelos países que integram a União Européia.
- 38** Ao examinar a ação internacional dos EUA, o texto implicitamente sugere a existência da Doutrina Bush, de acordo com a qual esse país deve se antecipar e destruir, no nascedouro, toda e qualquer força capaz de se voltar contra a América.
- 39** A União Européia é, nos dias de hoje, o mais completo processo de constituição de blocos de países. Similar a ela, em objetivos e resultados alcançados, há o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), integrando os países do Cone Sul da América e dando a todos igualdade de condições.
- 40** Infere-se do texto que, na atualidade, o poder mundial permanece bipolar, a despeito de não mais existir a União Soviética e de se ouvir uma só voz no sistema internacional, a norte-americana.

- 41** Com a honrosa exceção britânica, os principais países europeus hipotecaram integral e incondicional apoio à decisão norte-americana de invadir militarmente o Iraque.
- 42** Ao anunciar formalmente sua decisão de retomar o programa nuclear do país, ainda que não admita utilizá-lo para fins militares, o Irã coloca mais combustível na fogueira de permanentes tensões do Oriente Médio.
- 43** A invasão do Iraque foi rápida e eficaz. Em pouco tempo, Saddam Hussein foi derrotado, preso e levado a julgamento. Simultaneamente, as forças da coalizão ocidental eliminavam os focos de resistência interna e preparavam o Iraque para suas primeiras eleições democráticas.
- 44** Em apoio ao texto, no que se refere ao terrorismo global, é correto afirmar que ações violentas desse tipo aconteceram em várias regiões do planeta, a exemplo de Bali, Madri e Londres.
- 45** O texto defende a tese de que a estratégia de combate ao terror adotada pelos EUA tem se mostrado ineficaz e potencialmente perigosa para o resto do planeta, na medida em que suscita o fortalecimento de organizações terroristas.
- 46** Longe de ser simples e fácil, o caminho do entendimento e da negociação buscado pela Europa contemporânea é difícil e complexo, um duro exercício, como admite o texto, que se sustenta na crença de que o respeito à diferença é essencial para a obtenção de uma unidade na diversidade.
- 47** Na tentativa de refrear o sentimento de antiamericanismo que se intensificou nos últimos anos, o governo dos EUA tem procurado tomar posições de forte apelo popular na área internacional. Exemplo disso é a posição de vanguarda assumida pelo país na defesa do meio ambiente, a começar pelo apoio integral ao Protocolo de Kyoto.
- 48** A região em que se situa o Iraque, o Oriente Médio, além de ser palco de permanente tensão de fundo religioso, é também área estratégica para a economia mundial contemporânea devido a suas portentosas jazidas petrolíferas.
- 49** Saddam Hussein, que governou o Iraque com pulso de ferro, é exceção em meio aos demais países árabes. Mantendo laços estreitos com o Ocidente, graças ao volumoso comércio de petróleo, esses países adotaram, com pequenas variações, o modelo democrático ocidental.
- 50** No Oriente Médio, uma questão crucial diz respeito à Palestina. Nas últimas eleições legislativas, a vitória das forças moderadas, em sua maioria seguidoras do falecido Yasser Arafat, trouxe novo alento aos que sonham com a paz duradoura na região.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Em relação ao direito administrativo, julgue os itens que se seguem.

- 51** É devido o pagamento de indenizações relativas a imóveis desapropriados em virtude da criação de uma floresta nacional, nos casos em que a limitação administrativa importar em perda dos poderes inerentes ao domínio e causar prejuízo ao proprietário.
- 52** Candidato classificado para ocupar uma das vagas previstas no edital de um concurso público tem direito subjetivo à nomeação durante o período de validade do certame, caso outro candidato que tenha obtido classificação inferior à dele tome posse primeiro, pois, nessa situação, a nomeação passa a ser um ato vinculado.
- 53** Dano causado a terceiro em decorrência de ato de empreiteira, durante a execução de obra pública, não gera presunção de culpa absoluta, apta a desencadear a responsabilização civil do Estado.
- 54** No curso de uma ação de improbidade administrativa, é incabível o afastamento cautelar de agente público de seu cargo, pois a perda da função pública como sanção por improbidade administrativa efetiva-se exclusivamente por determinação legal com o trânsito em julgado.
- 55** Em caso de inadimplência, torna-se possível, após prévio aviso, a realização de corte no fornecimento de serviços públicos essenciais ao usuário e remunerados por tarifa, sem que se configure a descontinuidade na prestação do serviço.

Em relação ao direito constitucional, julgue os itens subsequentes.

- 56** O direito à filiação, ainda que seja reconhecido como uma emanção do conceito de dignidade da pessoa humana, configura-se como direito disponível, o que decorre do regime privado a que se submete.
- 57** A idéia de planejamento estatal é correlata ao conceito de constituição dirigente, uma vez que esta pode ser considerada como uma constituição que enuncia diretrizes, programas e fins a serem concretizados pelo Estado.
- 58** Os programas desenvolvidos pelo Estado de distribuição gratuita de medicamentos a pessoas carentes portadoras do vírus HIV/AIDS visam garantir o direito à saúde, que constitui consequência constitucional indissociável do direito à vida.
- 59** O efeito vinculante de decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal em ação direta de constitucionalidade ou de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal alcança o legislador, que não pode editar nova lei com idêntico conteúdo normativo, dado que, assim, ofenderia a autoridade daquela decisão.
- 60** A garantia constitucional que veda a adoção das penas perpétuas não incide sobre a medida de segurança, pois a esta não cabe limitação de tempo.

Em cada um dos itens a seguir, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada acerca do direito civil brasileiro.

- 61** Paulo é proprietário de fazenda localizada em município do estado do Goiás e, após longo período de chuvas e enxurradas, uma grande parcela de terra deslocou-se da fazenda de seu vizinho para a sua. Decorridos mais de dois anos da avulsão, o vizinho de Paulo vindicou a respectiva indenização. Nesse caso, Paulo não estará obrigado a pagar qualquer importância ao seu vizinho.
- 62** Em 1976, os brasileiros João e Maria se casaram no Brasil e, após o matrimônio, fixaram domicílio na Dinamarca, onde, posteriormente, ocorreu o divórcio, cuja sentença foi tornada pública em janeiro de 2004. Nesse caso, o divórcio de João e Maria somente poderá ser reconhecido, no Brasil, após o decurso de 3 anos da data da sentença proferida na Dinamarca, ou seja, em janeiro de 2007.
- 63** Determinada pessoa jurídica de direito privado possui estabelecimentos nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Nesse caso, cada um dos mencionados estabelecimentos é considerado domicílio da pessoa jurídica para fins de atos nele praticados.
- 64** Ana Célia construiu uma casa de campo de madeira, em Campos de Jordão – SP. Alguns anos depois, adquiriu um terreno na Bahia e decidiu contratar empresa especializada para transportar a referida casa para o terreno na Bahia. Nessa situação, por ter sido separada do solo, a casa de Ana Célia perde sua característica de bem imóvel.

Julgue os itens que se seguem, acerca do instituto relativo ao depositário infiel e ao procedimento cautelar de seqüestro.

- 65** O credor de devedor insolvente que, mesmo tendo domicílio certo, tentar alienar os bens que possui, poderá promover ação cautelar de seqüestro de bens indeterminados do patrimônio do devedor, a fim de preservar a utilidade do processo de execução por quantia certa.
- 66** Suponha-se que determinado empregador, pessoa jurídica, retenha na fonte as contribuições sociais de seus empregados e se abstenha de levar a efeito o recolhimento das mesmas aos cofres públicos. Nessa situação, a pessoa jurídica deve ser considerada depositária infiel da fazenda pública, podendo o juízo competente, após o ajuizamento da ação civil cabível, determinar a prisão de seus dirigentes, a qual não poderá ser superior a 30 dias.

Quanto ao direito processual civil pátrio, julgue os próximos itens.

- 67** Em todas as causas em que litigar como parte pessoa jurídica de direito público, o Ministério Público deverá intervir como fiscal da lei.
- 68** Apenas os advogados regularmente inscritos nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil possuem capacidade processual, ou seja, a aptidão para atuar em juízo.
- 69** Considere-se que determinado juiz federal profira decisão interlocutória em ação movida por pessoa jurídica de direito privado interno em desfavor de organismo internacional. Nessa situação, eventual recurso de agravo de instrumento deverá ser julgado pelo Superior Tribunal de Justiça.
- 70** Considere a seguinte situação hipotética.  
Uma instituição bancária ajuizou ação cautelar de arresto contra Ema, fiadora de Bete, em razão de contrato de mútuo regularmente firmado.  
Nessa situação, Ema poderá promover o chamamento de Bete ao processo, no prazo para contestação, requerendo sua citação.
- 71** A norma jurídica que estabelece a ordem da oitiva das testemunhas, em audiência de instrução e julgamento, é de natureza procedimental e não, processual.
- 72** Considere-se que Joana, após a maioridade civil, ajuíze ação de reconhecimento de paternidade. Januário, seu suposto pai, reside em comarca diversa daquela em que tramita a referida ação. Nessa situação, Januário deverá ser citado pelo correio e, caso reste infrutífera a mencionada providência, deverá ser expedida carta precatória e levada a efeito a citação de Januário por oficial de justiça.
- 73** Considere a seguinte situação hipotética.  
Lucas e Carlos reputam-se credor e devedor, respectivamente. Lucas promoveu ação de cobrança em desfavor de Carlos, em razão da quantia supostamente devida. No terceiro dia do prazo para defesa, Carlos contestou, mas se absteve de reconvir.  
Nessa situação, mesmo que ainda reste prazo hábil para defesa, Carlos não poderá apresentar reconvenção, haja vista o advento da preclusão consumativa do direito de reconvir.
- 74** Suponha-se que, no curso de ação de reconhecimento de paternidade, o suposto pai se recuse a submeter-se ao exame de DNA. Nesse caso, essa recusa induzirá a presunção *juris tantum* de paternidade.
- 75** Considere a seguinte situação hipotética.  
José dirigia embriagado e atropelou Joaquim, o qual veio a falecer. Os genitores de Joaquim promoveram ação de reparação de danos, e o juízo competente determinou que José os indenizasse por meio de prestação de alimentos a eles. Nessa situação, eventual recurso de apelação interposto deverá ser recebido apenas no efeito devolutivo, em razão do caráter alimentar da indenização.

Julgue os itens a seguir, referentes ao direito comercial.

- 76** Considere-se que a pessoa jurídica Zeta, com sede em Porto Alegre, possua filial em São Paulo, a qual seja responsável por 89% de todo o faturamento da pessoa jurídica Zeta e possua dez vezes mais funcionários que a sede e um ativo imobilizado de valor aproximado de R\$ 8.000.000,00, o que representa valor vinte vezes superior ao do patrimônio imobiliário da sede. Nessa situação, o foro da comarca de São Paulo será competente para deferir eventual pedido de recuperação judicial.
- 77** Uma obra literária, por não se enquadrar no conceito de invenção, não pode ser patenteada, nos termos da legislação de regência.
- 78** Nos termos da legislação em vigor, para que uma pessoa jurídica possa funcionar como instituição financeira no Brasil, ela deve constituir-se na forma de sociedade de responsabilidade limitada ou sociedade anônima.
- 79** Considere a seguinte situação hipotética.  
Roberto emitiu cheque de sua titularidade para pagamento de mercadorias adquiridas em estabelecimento empresarial pertencente à pessoa jurídica Beta, que endossou o cheque. Nessa situação, inexistindo estipulação em contrário, Roberto e a pessoa jurídica Beta são coobrigados pelo pagamento do crédito constituído na cártula do título.
- 80** É válida e legítima, nos termos do Código de Defesa do Consumidor, disposição contratual em que pessoa jurídica estipule, expressamente, em seus contratos de compra e venda, que não possui qualquer responsabilidade pela venda de produtos inadequados ao consumo, sob alegação de facultar ao consumidor a análise dos produtos antes de adquiri-los.

Com relação ao direito tributário, julgue os itens subseqüentes.

- 81** As informações obtidas em razão de representações fiscais para fins penais devem ser mantidas em sigilo pelas autoridades fazendárias.
- 82** Somente o ICMS, o Imposto de Importação e o de Exportação podem incidir sobre as operações relativas a energia elétrica, serviços de telecomunicações e derivados de petróleo.
- 83** Considere-se que determinada pessoa jurídica seja devedora da fazenda pública estadual no importe de R\$ 350.000,00, correspondendo a R\$ 100.000,00 a título de contribuição melhoria e R\$ 250.000,00 a título de impostos. Nesse caso, tendo a referida pessoa jurídica promovido o depósito do valor devido, a fazenda pública deverá imputar o pagamento, primeiramente, das contribuições de melhoria e, posteriormente, dos impostos.
- 84** Considere a seguinte situação hipotética.  
Davi, ao efetuar a compra de alguns livros, solicitou ao vendedor a respectiva nota fiscal. O vendedor, contudo, não a forneceu, sob o argumento de que o gerente da loja não o havia autorizado a emitir notas fiscais.  
Nessa situação, a omissão constitui simples infração administrativa.
- 85** Considera-se fraudulenta a alienação em que o dirigente de pessoa jurídica em débito com a fazenda pública, por crédito inscrito como dívida ativa, aliena bens da respectiva pessoa jurídica, reservando montante para o pagamento da dívida inscrita.

Acerca das leis penais especiais, julgue os seguintes itens.

**86** Considere a seguinte situação hipotética.

Uma equipe de policiais civis de determinada delegacia, após a prisão de um indivíduo, submeteu-o a intenso sofrimento físico e mental para que ele confessasse a prática de um crime. O delegado de polícia, chefe da equipe policial, ciente do que acontecia, permaneceu em sua sala sem que tivesse adotado qualquer providência para fazer cessar as agressões.

Nessa situação, os policiais praticaram a figura típica da tortura, ao passo que, em relação ao delegado de polícia, a conduta, por não configurar o mesmo crime, tem outro enquadramento penal.

**87** Considere a seguinte situação hipotética.

Justino, policial militar em serviço, realizou a prisão de um indivíduo, mantendo-o encarcerado por 2 dias, sem atender às formalidades legais pertinentes, ou seja, não havia ordem judicial de prisão nem situação flagrancial que justificassem a medida contra a pessoa detida.

Nessa situação, Justino incorreu em crime de abuso de autoridade, sendo a Justiça Militar competente para processá-lo e julgá-lo.

**88** A prova obtida por meio de interceptação legal, para fins de investigação criminal, pode ser utilizada em ação de divórcio, caso a autoridade judiciária assim o autorize e as partes tenham relação com os fatos investigados.

**89** O delito de tráfico ilícito de entorpecentes refere-se a norma penal em branco estando seu complemento contido em norma de outra instância legislativa. Nos crimes tipificados na lei antitóxicos, a complementação está expressa em Portaria do Ministério da Saúde.

**90** Lei especial define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, prescrevendo-se para todas as figuras típicas penas de reclusão ou de reclusão e multa.

Em cada um dos itens a seguir é apresentada uma situação hipotética acerca das normas pertinentes à parte geral do Código Penal seguida de uma assertiva a ser julgada.

**91** Manoel, com 22 anos de idade, efetuou um disparo contra um adolescente que completaria 14 anos no dia seguinte. Em razão das lesões provocadas pelo disparo, o adolescente faleceu, já tendo completado os 14 anos de idade. Sabe-se que, no crime de homicídio doloso, a pena é aumentada caso a vítima seja menor de 14 anos de idade, mas nessa situação, o aumento da pena não é aplicável, pois o homicídio só se consumou quando a vítima já havia completado 14 anos de idade.

**92** Antônio, com 43 anos de idade, idealizou e planejou a subtração de jóias de uma grande joalheria, traçando as coordenadas da ação com Marcos e Alexandre, para os quais forneceu um veículo e as ferramentas a serem utilizadas na empreitada criminosa. Na data combinada, Marcos e Alexandre executaram com êxito o furto, logrando subtrair um grande número de jóias de elevado valor comercial, as quais foram devidamente repartidas entre os três indivíduos. Após intensa investigação, a polícia identificou a autoria do crime, indiciando Antônio, Marcos e Alexandre em sede de Inquérito Policial. Nessa situação, é correto afirmar que houve concurso de pessoas para a realização da figura típica, devendo Antônio responder como partícipe e Marcos e Alexandre como co-autores do delito.

**93** Sebastião, com 55 anos de idade, pretendendo matar sua esposa Maria, comprou um revólver e postou-se frente a frente com a esposa, apontando-lhe a arma muniada. Todavia, após fazer pontaria para atirar na cabeça de Maria, desistiu do intento de matá-la. Guardou a arma e retirou-se do local. Nessa situação, Sebastião responderá por tentativa de homicídio, vez que deu início à execução do delito.

Ainda em relação a normas pertinentes à parte geral do Código Penal, julgue os itens seguintes.

**94** O ordenamento jurídico em vigor veda a conversão da pena de multa em detenção. A multa é considerada dívida, e seu valor deve ser inscrito na dívida ativa se não for paga pelo condenado solvente.

**95** Considere-se que Mariana, supondo estar grávida, realizou, em si própria, manobras abortivas, sem que na realidade trouxesse dentro de si uma nova vida em formação; Jorge ao ver Cláudio, seu desafeto, caído em via pública, aproveitou a situação para atropelá-lo dolosamente. Verificou-se, posteriormente, que Cláudio já estava morto por parada cardiorrespiratória ocorrida minutos antes de ter sido atropelado. Em ambas as hipóteses apresentadas acima, o crime é impossível em razão da absoluta impropriedade dos objetos sobre os quais incidiram as condutas de Mariana e de Jorge.

**96** A lei não permite o emprego da violência física como meio para repelir injúrias ou palavras caluniosas, visto que não existe legítima defesa da honra. Somente a vida ou a integridade física são abrangidas pelo instituto da legítima defesa.

Acerca do procedimento dos Juizados Especiais Criminais, da execução das penas em espécie, da revisão criminal e do *habeas corpus*, julgue os itens que se seguem.

- 97** Na apreciação de pedido de *habeas corpus*, o órgão jurisdicional não está vinculado nem à causa de pedir nem ao pedido, podendo ser concedida a ordem em sentido mais amplo do que aquele que foi pleiteado, desde que as peças dos autos evidenciem coação ilegal com repercussão na liberdade do indivíduo, ainda que esta não tenha sido mencionada pelo impetrante.
- 98** O rito sumaríssimo, previsto na lei dos juizados especiais criminais, só deve ser aplicado caso a transação penal não tenha sido realizada em audiência preliminar devido à ausência do autor da infração, dos requisitos para a propositura ou, ainda, por não ter o autor da infração aceitado a proposta de transação.
- 99** Ao furto simples, cuja pena mínima é um ano, é aplicável a suspensão condicional do processo desde que preenchidos os requisitos legais para a concessão do benefício.
- 100** Considere a seguinte situação hipotética.  
Juvenal, processado por crime de roubo, foi julgado e absolvido por falta de provas. Após o trânsito em julgado da sentença, o representante do Ministério Público que oficiou no processo constatou que a defesa do réu fora feita exclusivamente por estagiário, ou seja, por profissional sem a devida habilitação técnica.  
Nessa situação, o promotor de justiça poderá impugnar a decisão absolutória, ingressando com ação de revisão criminal para anular o processo.
- 101** Em princípio, a execução penal compete ao juiz indicado na lei local de organização judiciária, no entanto, na ausência de juiz especializado para a execução, quando a sentença de primeira instância tiver sido substituída pela proferida no tribunal que reformou a decisão em grau de recurso, caberá ao tribunal, na pessoa de seu presidente, executar a sentença por ele próprio reformada.

Acerca da prisão, da liberdade provisória, da prova e dos recursos em geral, julgue os itens a seguir.

- 102** A prisão temporária decorrente da prática de crimes de tortura ou de tráfico ilícito de substâncias entorpecentes e drogas afins tem prazo de 30 dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.
- 103** No Código de Processo Penal, a sentença concessiva de *habeas corpus* e a decisão de absolvição sumária pelo juiz togado no procedimento do júri são hipóteses de duplo grau de jurisdição obrigatório.
- 104** A lei processual garante ao acusado a possibilidade de confessar, negar ou silenciar a respeito da imputação que lhe é atribuída, sem que haja qualquer prejuízo à sua defesa. Assim, no momento do interrogatório, é permitido ao acusado o silêncio em resposta às perguntas de natureza identificatórias ou de qualificação pessoal.
- 105** A liberdade provisória, com ou sem fiança, não é compatível com a prisão preventiva, pois cabe à autoridade judiciária revogar a custódia cautelar assim que vislumbrar não estarem mais presentes os requisitos que a determinaram.

Julgue os itens a seguir, relativos às leis penais extravagantes.

- 106** Nos termos do que dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente, considera-se ato infracional a conduta praticada por criança ou adolescente que esteja descrita como crime na legislação penal, não abrangendo a legislação em referência as contravenções penais.
- 107** Considere a seguinte situação hipotética.  
Jairo, com 62 anos de idade, realizou loteamento urbano sem autorização do órgão público competente e vendeu as frações mediante compromissos de compra e venda.  
Nessa situação, a conduta de Jairo constitui crime contra a administração pública.
- 108** De regra, será admitido o parcelamento do solo para fins urbanos, em zonas urbanas, de expansão urbana ou de urbanização específica, assim definidas em lei municipal, sendo que eventuais alterações de uso do solo rural para fins urbanos, dependerá de prévia audiência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), segundo as exigências da legislação pertinente.
- 109** A lei que dispõe sobre o procedimento para a prevenção e a repressão de ações praticadas por organizações criminosas instituiu a ação controlada como supedânea de investigação e de formação de provas, afastando, por consequência, a obrigatoriedade da prisão em flagrante, pela autoridade policial e seus agentes, até o momento mais eficaz para a investigação.
- 110** Considere a seguinte situação hipotética.  
Um contribuinte, visando à supressão de um tributo, omitiu informação à autoridade fazendária, conseguindo, com sua conduta omissiva, a redução do tributo, e não, a supressão, que era o que pretendia.  
Nessa situação, a conduta do contribuinte não configura crime contra a ordem tributária e, sim, mera infração de cunho administrativo.
- 111** Considere o seguinte fragmento transcrito de um dispositivo do Código de Defesa do Consumidor: “deixar de corrigir imediatamente informação sobre consumidor constante de cadastro, banco de dados, fichas ou registros que sabe ou deveria saber inexata. Pena: detenção de um a seis meses ou multa.” Em relação ao tipo subjetivo da conduta, esse dispositivo prevê tanto a forma dolosa, que se evidencia no uso da expressão “sabe”, quanto a forma culposa, evidenciada no uso da expressão “deveria saber”.
- 112** Incorre em posse irregular de arma de fogo aquele que possui arma no interior de sua residência ou domicílio sem que ela esteja devidamente registrada e, em porte ilegal, aquele que, embora possuindo arma registrada, retira-a de sua residência para levá-la consigo, sem a autorização da autoridade competente.

Julgue os itens a seguir, no que concerne às disposições legais do Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

- 113** A diferença entre permissão e habilitação para dirigir veículo automotor consiste no fato de que a primeira, que tem a validade de um ano (período de prova), é o documento conferido ao candidato aprovado em todos os exames de habilitação e enquanto a segunda é o documento definitivo conferido à pessoa que cumpriu o período de prova, de acordo com as exigências dispostas no CTB.
- 114** Os crimes definidos no CTB são, em sua maioria, de ação penal pública condicionada à representação do ofendido para que haja a instauração de processo contra o autor do delito.
- 115** Considere a seguinte situação hipotética.  
Augusto, policial militar, em serviço na direção de uma viatura policial, envolveu-se, imprudentemente, em um acidente de trânsito que produziu danos em dois outros veículos e lesão corporal em três passageiros dos veículos envolvidos.  
Nessa situação e diante da prática de lesão corporal culposa, Augusto pode responder por crime de trânsito perante a justiça comum, e não, perante a justiça militar, conforme o entendimento jurisprudencial dominante.

---

A perícia médica é atividade profissional bem disciplinada e com nuances peculiares a cada modalidade: criminal, civil, trabalhista, previdenciária, administrativa, não comportando improvisões.

Hermes Rodrigues de Alcântara. **Perícia médica judicial**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Dois, 1982.

Julgue os itens a seguir, relacionados à perícia médico-legal e aos peritos.

- 116** Os documentos médicos, especialmente os laudos periciais, estão submetidos a estruturas formais preestabelecidas pela praxe e por normas, como as que determinam as partes constantes do laudo pericial: preâmbulo, histórico, descrição, discussão, conclusão e respostas aos quesitos.
- 117** O perito não deve criar nem crer, ao contrário, deve inserir no laudo os fatos e atos examinados e estudados, rechaçar fatos fundados em simples suposições ou probabilidade, ou seja, deve apresentar suas conclusões com objetividade e manter sempre isenção e imparcialidade diante dos fatos.
- 118** Para evitar exame desnecessário e curioso, abuso de poder, ocultação de crime, exposição de acusado de crime e atendimento a interesses escusos, a solicitação ao perito de perícia criminal deve estar atrelada a procedimento investigatório regularmente instaurado, ao flagrante e ao processo e, além disso, a perícia deve ser solicitada por magistrado, promotor público, delegado de polícia, comandantes militares e advogados de partes envolvidas.

---

Julgue os itens subseqüentes acerca dos atos propedêuticos médico-legais.

- 119** Perícia médico-legal corresponde a todo exame executado por médico, psicólogo, dentista ou médico-veterinário com a finalidade de serem esclarecidos à justiça fatos relacionados à saúde, incluindo-se os exames clínicos, laboratoriais, as necropsias e as exumações.
- 120** Ao realizar perícia criminal, o assistente técnico, caso não concorde com o perito relator, deve apresentar laudo pericial em separado, expondo discriminadamente os motivos da divergência.



## PROVA DE REDAÇÃO

- Nesta prova — que vale **dez** pontos —, faça o que se pede, usando o espaço indicado no presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DE REDAÇÃO**, no local apropriado, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **trinta** linhas será desconsiderado.
- Na folha de **texto definitivo**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

---

Face às normas processuais pertinentes à prisão cautelar, redija um texto dissertativo sobre a possibilidade de prisão em flagrante delito nos crimes de ação penal pública condicionada e nos crimes de ação penal de iniciativa privada, abordando em cada ação, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ possibilidade jurídica da prisão;
- ▶ titularidade das ações;
- ▶ natureza jurídica.

# RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

